

AGROVILA PARAÍSO: Campesinato, precariedade e migração em uma comunidade rural do município de Igarapé-Açu (PA)¹

PARAISO AGRICULTURAL COMMUNITY: Peasantry, precariousness and migration in a rural community of the municipality of Igarapé-Açu (PA)

Felipe Ferreira Moreira

Agente de Pesquisas e Mapeamento - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia - Universidade Federal do Pará
Graduado no Curso de Licenciatura Plena em Geografia - Universidade do Estado do Pará
ffm_kimera@hotmail.com

José Adrielson dos Santos Costa

Docente da Rede Estadual de Ensino Público do Estado do Pará
Graduado no Curso de Licenciatura Plena em Geografia - Universidade do Estado do Pará
adrielson33@live.com

João de Souza Barros Filho

Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia - Centro Universitário Internacional
Graduado no Curso de Licenciatura Plena em Geografia - Universidade do Estado do Pará
jfilhoge@gmail.com

Resumo

O presente trabalho visa compreender o processo que levou ao intenso abandono populacional de uma comunidade rural inserida no município de Igarapé-Açu/PA, a agrovila Paraíso, uma ruralidade marcada pela falta de infraestruturas básicas para populações camponesas desenvolverem suas atividades relacionadas à terra. Este processo ocasionou e está ocasionando, venda de terra pelos moradores e migração em massa das famílias da localidade, reconfigurando assim o espaço dessa agrovila de forma a descaracterizar a comunidade em função do avanço de grandes propriedades. Na localidade em questão, a pesquisa constatou o espaço rural da agrovila Paraíso sendo ocupado predominantemente por grandes áreas de pasto, suscitando uma discussão que coloca em pauta as questões agrárias sob uma perspectiva de omissão por parte dos poderes públicos em relação aos direitos e necessidades do campesinato, os deixando vulneráveis ao avanço de relações capitalistas que favorecem aos grandes proprietários no espaço rural Amazônico e brasileiro.

Palavras-chave: Comunidade Rural. Agrovila Paraíso. Infraestrutura. Capitalismo. Estado.

Abstract

This study aims to understand the process that led to intense population abandonment of a rural community inserted in municipality of Igarapé-Açu/PA, the Paraíso agricultural community, a rurality marked by a lack of basic infrastructure for peasant populations develop their activities related to land. This process caused and is causing, sale of land by

the villagers and mass migration of village families, thus reconfiguring the space that agricultural community in order to disfigure the community due to the advancement of large properties. In the locality in question, the survey found the countryside of Paraíso agricultural community, being predominantly occupied by large areas of pasture, raising an argument that puts on the agenda the land issues in a failure of perspective on the part of public authorities in relation to the rights and peasantry needs, leaving them vulnerable to the advance of capitalist relations that favor large landowners in rural space Amazonian and Brazilian.

Key-words: Rural Community. Paraíso Agricultural Community. Infrastructure. Capitalism. State.

INTRODUÇÃO

O atual contexto de profundas transformações no espaço rural atinge diversas regiões brasileiras, entre as quais, a agrovila Paraíso, que está inserida no município de Igarapé-Açu, onde há intensos movimentos caracterizados pelo êxodo rural. Através de metodologia que compreendeu uma abordagem qualitativa, por meio de consultas bibliográficas, técnicas de campo com orientação analítico-descritiva, mediante a realização de entrevistas semi-estruturadas com questões em aberto e registros fotográficos, nossa pesquisa teve como objetivo geral, analisar as causas do intenso fluxo de abandono populacional da agrovila Paraíso. Nossa pesquisa é instigada ainda mais, quando nos deparamos com relatos que indicaram a existência outrora, de toda uma infraestrutura que destacava a agrovila Paraíso de outras comunidades na região

Partindo principalmente destes relatos, sendo estes coletados em entrevistas realizadas com três atuais moradores e três ex-moradores da agrovila, tomamos como direcionamento basilar, o seguinte questionamento: Quais as motivações que levaram a população rural a abandonar esta comunidade? Investigar e refletir sobre tais motivações, se relaciona diretamente à análise de uma ruralidade impactada por conta de um histórico de concentração de terras em detrimento de pequenas e médias propriedades rurais, que tem suas práticas socioespaciais relacionadas diretamente ao trato com a terra.

A partir de uma melhor compreensão das bases epistemológicas da Geografia Agrária, pudemos ter uma melhor visualização sobre as atuais (re)orientações políticas, econômicas e espaciais que cercam e impactam o espaço rural mundial, nacional, regional e local. É imprescindível a uma análise geográfica que se proponha a apontar as principais problemáticas do espaço rural, a compreensão que o campesinato ainda continua a se

metamorfosar e (re)criar novas características, internas e externas ao capitalismo, redefinindo novas relações e práticas socioespaciais.

As entrevistas com atuais e antigos moradores da agrovila foram primordiais, pois foi a partir de suas experiências e impressões sobre o fenômeno de abandono do Paraíso, que conseguimos resgatar a memória de uma localidade em vias de extinção e contribuir para o enriquecimento das produções voltadas para a Ciência Geográfica. Especificamente na escala regional Amazônica, acreditamos que esta pesquisa pode ajudar a revelar/desmistificar os processos de uma territorialidade rural que está sendo afetada profundamente, em diversos espaços agrícolas de Igarapé-Açu e de diversas regiões da Amazônia paraense e brasileira.

Para isso, consideramos importante traçar como objetivos específicos norteadores do trabalho: analisar as configurações espaços-temporais da agrovila Paraíso; compreender as conjunturas territoriais agrárias que levaram à decadência da agrovila; identificar os processos que formaram o atual espaço da agrovila e as significações dos atuais e ex-moradores da comunidade, onde as percepções se materializam através de “rugosidades” espaciais da localidade.

O ESPAÇO RURAL: ALGUMAS ABORDAGENS

Antes de nos atentarmos ao recorte espacial que engloba a agrovila Paraíso, precisamos nos atentar à análise do espaço, que Santos (2012) expõe como fator primordial para o estudo das diversas interações da totalidade social, sendo que a função e a ação acabam por evidenciar a relação de dependência intrínseca entre os elementos que estão em determinado espaço. Não podemos apenas observar os fenômenos sociais que ocorrem e encara-los de forma isolada, mas é necessária a análise do espaço e de seus diversos elementos como um imbricado de alta ou baixa complexidade, dependendo das características espaciais envolvidas.

Neste sentido, para uma melhor análise sobre as questões agrárias, é necessário compreender e entender a proposição de Marques (2002) sobre o espaço rural, o qual tem se metamorfoseado em um conjunto de transformações em suas formas, funções e conteúdos sociais, refletindo no modo de vida do campesinato, levando a inúmeras ressignificações quanto a estudos e pesquisas sobre a área no Brasil e no mundo. As mudanças no espaço rural brasileiro acompanham um histórico teórico-conceitual, que

perpassa pela compreensão dos impactos pelos quais o campesinato passou do período colonial até as implicações capitalistas da atualidade.

Ribeiro (2010) afirma que (re)constituir a historicidade e a atualidade do espaço rural brasileiro, se interliga diretamente com a busca do campesinato brasileiro e mundial pela sua própria identidade como sujeito histórico que visa a superação dos complexos problemas que travam um maior desenvolvimento e justiça social no país. A historicidade que permeou e permeia a constituição sociocultural das populações do espaço rural brasileiro, caracteriza uma diversificação, onde as diferenciações sobre o que seria o campesinato brasileiro variam de acordo com as regiões do país, terminologias, atividades agrícolas, autores analisados, estruturas fundiárias, diferentes espacializações do capital, etc.

Neste mosaico que envolve o espaço rural, Ribeiro (2010) expõe a luta que ocorre pela função social da terra no Brasil, tendo como protagonistas os grandes proprietários de terra, os empresários com uma visão liberal burguesa e os que lutam por reformas estruturais, estes últimos a maioria da população que reivindica o maior acesso a terra. Logo, entender as interações socioespaciais no campo brasileiro, exige um recorte teórico-conceitual que segundo Fernandes (2005) engloba o entendimento da questão agrária, a partir da contradição estrutural do modo de produção capitalista que gerou e gera a contradição entre concentração da riqueza e proliferação da pobreza, violência e miséria para os agentes sociais do campo.

Tal contradição se aprofunda como resultado de um imbricado de fatores políticos e econômicos que convergem para uma lógica favorecedora ao sistema capitalista em detrimento de populações subalternizadas, expropriadas e empobrecidas, oriundas de varias partes do país, constituindo cenários de intensa conflituosidade, entre os quais, o espaço rural paraense, conhecido pela violência nas relações pela posse da terra.

Sabemos que a discussão sobre os pressupostos supracitados, a respeito do avanço do capitalismo em direção ao espaço rural, perpassa pelas correntes paradigmáticas da Geografia Agrária, por vezes, divergentes entre si em se tratando do atual contexto e do futuro do campesinato. Tais discordâncias acabam por se refletir em uma inevitável interrogação: com a modernização da agricultura favorecendo ao grande proprietário e, evidentemente, a lógica capitalista, o campesinato terá chance de coexistência com esta? O camponês conseguirá manter seu modo de vida e o seu relacionamento de trabalho tradicional com a terra? Ou está condenado ao desaparecimento?

As possíveis respostas para esta conjuntura no espaço rural brasileiro podem começar a emergir, quando analisamos que os processos políticos, econômicos e sociais perpetrados pelo capitalismo no/sobre o campesinato, se clarificam de modo singular quando partimos para sua compreensão na ótica de autores como Karl Kautsky e Vladimir Ilyich Ulyanov, o Lênin, os quais vislumbraram já em seu tempo as relações que começavam a se desenvolver no espaço rural e as suas possibilidades no porvir. Para Alves e Ferreira (2009), Kautsky e Lênin evidenciaram ainda nos idos dos séculos XIX e XX, o avanço no espaço rural de um sistema econômico marcado pelo avanço das técnicas, enfraquecimento das pequenas propriedades, arrendamento, expropriação, etc.

Tais perspectivas reverberam para uma melhor compreensão da realidade rural brasileira, onde precisamos ter a compreensão de que “o capitalismo é, em termos de história do mundo, o agente mais eficiente e poderoso de transformação da natureza e do social e as transformações entre cidade e campo constituem um dos fundamentos desse modo de produção” (MARQUES, 2002, p.103). As relações estabelecidas pelo capitalismo, ávidas por lucro, se espacializam na ruralidade confrontando as particularidades de territórios e sociedades, como as da agrovila Paraíso, alterando as configurações políticas, econômicas e sociais da comunidade.

Comunidades rurais como a agrovila Paraíso fazem parte de um imbricado cenário de conflitos, onde é possível denotar que:

Os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas (OLIVEIRA, 2001, p.189).

Este contexto de permanente luta, gerou historicamente a condição camponesa de forjar suas reivindicações ante o modo de produção hegemônico, quando este age contra sua forma de subsistência, uma característica comum ao camponês brasileiro, apesar de toda a gama de agentes que caracteriza os trabalhadores e trabalhadoras do espaço rural. A agrovila Paraíso é apenas mais uma entre muitas outras comunidades que compõe atualmente, um cenário marcado por relações capitalistas que ao reproduzir-se, reproduzem formas de relações econômicas que, por vezes, subalterniza, desagrega e até mesmo coloca em perigo de extinção a própria existência de populações inteiras em contextos histórico-geográficos no espaço rural, como veremos a seguir.

CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA AGROVILA

As relações espaciais que se estabeleceram na agrovila Paraíso estão inseridas num contexto temporal de ação, concernente a todo um projeto de colonização com forte investimento do Estado na região. Ao analisarmos este processo de colonização, poderemos melhor visualizar os contextos espaços-temporais que marcaram a regionalização da agrovila Paraíso e a formação dos agentes territoriais da atualidade e do passado.

Para termos uma visão mais abrangente dos processos que atingiram e ainda atingem a agrovila Paraíso, é de extrema valia compreender que a atual configuração da Amazônia Oriental Brasileira é o estágio de um processo histórico-econômico que tem como principais elementos estruturantes, demandas econômicas nacionais e internacionais, juntamente com a ação do Estado nas mais diversas regiões do Pará e do Brasil. No decorrer do processo de colonização paraense, o Estado controlou a espacialização territorial fomentando a execução de grandes projetos empreendedores e induziu a migração com a finalidade de povoamento e exploração da região, objetivando o desenvolvimento de acordo com as diretrizes do modo de produção capitalista (MIRANDA; RODRIGUES, 2009).

Segundo Miranda (2012), historicamente, colônias agrícolas como a do Paraíso na região começaram a ser idealizadas, planejadas e implantadas com superficial integração ao restante do estado do Pará e do Brasil, a partir da implantação da ferrovia Belém-Bragança, cuja construção iniciou-se em 1883 e foi finalizada em 1908. Essa construção tinha por meta suprir a necessidade de interligar as colônias agrícolas integrantes da denominada Zona Bragantina², assim como, escoar a produção destas até Belém e transportar as pessoas que habitavam a região, dando novas formas ao espaço agrário bragantino.

A capital do estado do Pará, Belém, passava por uma crise de gêneros alimentícios que tendia a agravar-se, pois migrantes nordestinos com intuito de trabalharem na extração da borracha adentravam ao Pará em grandes levas populacionais. Com o objetivo de alçar o desenvolvimento e buscar solucionar a problemática da escassez de alimento, o governo paraense, loteou terras para a prática da agricultura, a qual se tornou importante atividade comercial da região, com reflexos ainda nos dias de hoje.

Miranda e Rodrigues (2009) discorrem que a princípio o governo do estado favoreceu a migração de trabalhadores europeus na região para desenvolverem a agricultura, pois estes carregavam consigo a fama de conhecerem técnicas novas e serem fortes e resistentes suficientes para o trabalho pesado. Fundada em 1875, Benevides foi a primeira colônia a ser traspasada, juntamente com a ferrovia Belém-Bragança, pelo ideário colonizador e agrícola que atingiu a Zona Bragantina naquele momento histórico, concentrando imigrantes europeus, na maioria franceses, argentinos e estadunidenses. As difíceis condições de vida envolvendo infraestrutura e rentabilidade baixa, no entanto, levaram muitos desses imigrantes a deixarem suas colônias, fato que favoreceu um contingente migracional maior de nordestinos a se fixarem nestas, dando origem a povoados como o que propiciou a formação do município de Igarapé-Açu.

Em se tratando especificamente do município de Igarapé-Açu, ele está localizado na Mesorregião Nordeste Paraense³ e se insere em uma dinâmica a qual Trindade Jr. e Ribeiro (2009) explicitam como antigos núcleos que outrora desempenharam atividades importantes, assumindo o papel de centros sub-regionais e mesmo a condição de cidades médias. Se seguirmos as variáveis propostas por Miranda e Rodrigues (2009) para taxarmos uma cidade como centro sub-regional a partir da rede bancária, serviços de transporte e rodovias de acesso, por exemplo, perceberemos que se Igarapé-Açu ainda não alcança tal posto, se aproxima de tal status por concentrar uma crescente expansão das variáveis supracitadas.

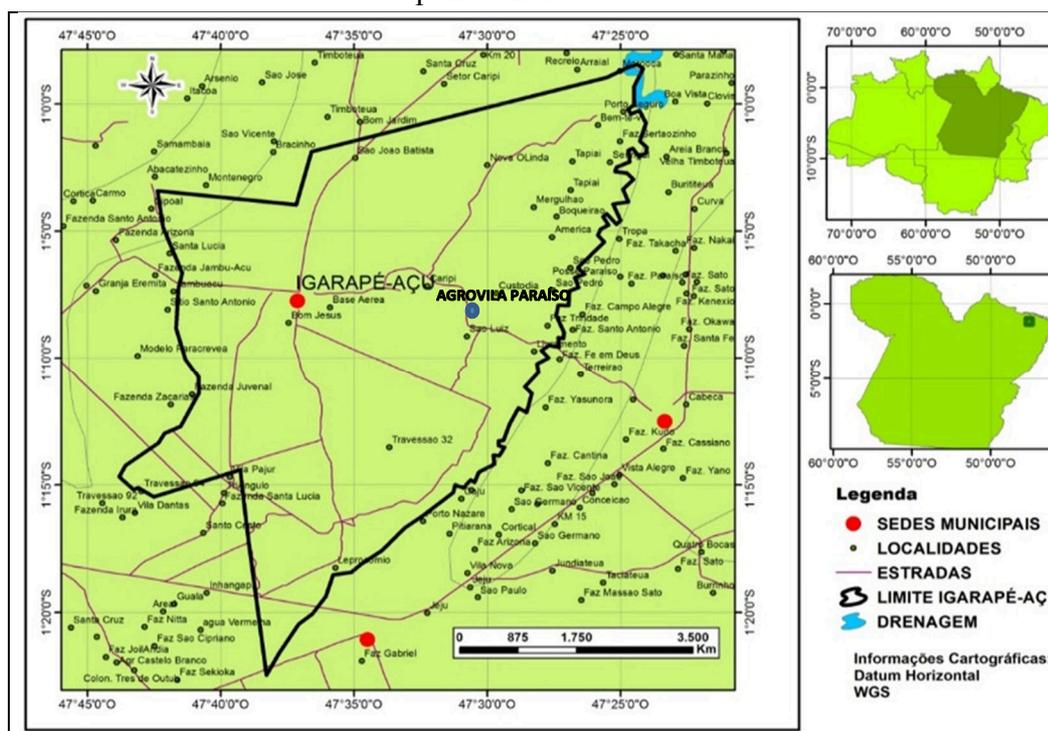
Em dados demográficos absolutos, Igarapé-Açu contou com aproximadamente 19.489 (dezenove mil quatrocentos e oitenta e nove) habitantes no ano de 2000, aumentando para 21.207 (vinte e um mil duzentos e sete) domiciliados em 2010 (IBGE, 2010). Além da sede municipal, o município possui 43 (quarenta e três) colônias agrícolas interligadas à sede. Essas colônias possuíam 12.911 (doze mil novecentos e onze) habitantes em 2000, obtendo um crescimento para a margem de 14.680 (quatorze mil seiscentos e oitenta) pessoas em 2010 (IBGE, 2010).

Uma análise substancial do município, nos leva a visualização de que o espaço geográfico dele em geral ainda nos remete à ruralidade, onde as casas em sua maior parte se caracterizam como de alvenaria, dispendo-se muito próximas umas das outras e, comumente, possuindo extensões ou mesmo reduzidas áreas com diversas culturas agrícolas, comércios de médio e pequeno porte, caracterizando uma renda familiar

municipal diversificada. A sede municipal e as colônias agrícolas, normalmente, localizam-se em média de 40 (quarenta) a 60 (sessenta) minutos entre si, dependendo do meio de ligação entre elas, feita geralmente por ônibus e vans que, diariamente, trafegam e transportam passageiros em vários horários do dia, através dos chamados “ramais” e rodovias, asfaltadas ou não.

Uma destas colônias agrícolas é a agrovila Paraíso, comunidade que não tem limites político-jurídicos estabelecidos oficialmente, sem registros sobre o número de habitantes atuais e do passado, sendo a sua existência revelada e confirmada por uma placa que, podemos assim considerar, aponta o ramal que dá acesso para onde outrora havia inúmeras pequenas propriedades que a formavam/forma às margens da rodovia PA-242, características evidenciadas pelo mapa 1, imagem 1 e fotografia 1.

Mapa 1: Mapa do município de Igarapé-Açu, com destaque para agrovila Paraíso em ponto azul.



Fonte: Os autores, 2014.

Imagem 1: Área aproximada que caracteriza o que se considera ser a agrovila Paraíso, onde se concentravam de forma dispersa várias famílias (linha branca indica o ramal de acesso).



Fonte: Google Maps, 2014.

Fotografia 1: Placa que indica a entrada para a área da agrovila Paraíso, às margens da Rodovia PA-242



Fonte: Os autores, 2014.

Porém, a constatação da existência desta localidade rural é muito mais anunciada por meio de relatos de atuais e ex-moradores da comunidade, os quais chamam a atenção para todo um aparato que havia no Paraíso, principalmente uma escola, uma igreja e o campo de futebol, uma espécie de “tripé” que incide fortemente na caracterização de colônias agrícolas da região e que são apontados como elementos essenciais para identificar a ruralidade em questão. Apesar deste “tripé” já não existir nesta agrovila, marcou profundamente e inseriu o Paraíso na região com características específicas do interior de uma sociedade camponesa que envolve atividade econômica, experiências e ações de sociabilidade e uma configuração que destaca sua ruralidade na sociedade contemporânea (WANDERLEY, 1996).

Distando cerca de 15 Km (quinze quilômetros) da sede do município de Igarapé-Açu e cerca de 4 Km (quatro quilômetros) da vila de São Luiz, a agrovila chegou a contar com uma escola municipal de ensino fundamental, igrejas católicas e evangélicas que atendiam no passado grande número de famílias que habitavam a agrovila de forma dispersa, porém ocupando uma área delimitada que caracterizava a comunidade rural.

A via de acesso (ramal) que tem início às margens da rodovia é de difícil acesso, não sendo asfaltada e tendo vários pontos acidentados, onde o acesso com qualquer tipo de veículo demanda risco de acidentes, tornando inviável uma linha regular de transportes que ligue diretamente a localidade à sede do município. Doravante, notam-se fazendas com grandes extensões de terra (fotografia 2), denotando um cenário metamorfoseado por uma rede de relações que forma atualmente uma espacialização rural marcada pela migração de inúmeras famílias e a construção de uma paisagem, onde a pequena propriedade outrora era dominante, mas que agora se manifesta de forma ínfima e pontual em uma agrovila que, para muitos, aparentemente está próxima da extinção.

Fotografia 2: áreas de pastagem no ramal de acesso à agrovila



Fonte: Os autores, 2014

Tal palco de decadência suscita a indagação: a agrovila Paraíso ainda existe de fato ou não passa de um aglomerado de memórias e pessoas dispersas? É perceptível a transformação espacial constante na agrovila, provocada principalmente por uma conjuntura que incide na venda da terra de diversas famílias da comunidade. Nesse sentido, foi notória à pesquisa *in lócus*, a expansão constante de atividades que atendem aos anseios de grandes proprietários, como por exemplo, grandes áreas para a pecuária,

ao passo que as atividades de subsistência de pequenos e médios proprietários passam por um verdadeiro processo de decadência, perdendo espaço e deixando para trás na agrovila o rastro de um passado visível apenas por meio de infraestruturas em ruínas.

RESQUÍCIOS DE UMA ESPACIALIDADE: IMAGENS DO ABANDONO DA AGROVILA PARAÍSO

São várias as profundas transformações nas estruturas fundiárias e territoriais que vem acometendo a agrovila paraíso nas últimas décadas, não apenas se restringindo a expansão de grandes propriedades no espaço agrário local, mas, sobretudo, nas lacunas relacionadas às infraestruturas que subsidiam tanto a produção como a qualidade de vida dos agricultores. Na localidade, alguns agricultores que ainda residem na agrovila, ressaltaram que não basta ter somente as terras para trabalhar: é necessária infraestrutura que dê suporte tanto no avanço e escoamento de sua produção, como na garantia de acesso a qualidade de vida, do contrário, há o comprometimento de sua permanência no local.

Na realidade da agrovila Paraíso, foi perceptível encontrar uma desenfreada reconfiguração do espaço, posto que a paisagem atual já se encontra extremamente metamorfoseada em comparativo com relatos de um passado próspero, uma atualidade marcada por uma comunidade rural com número diminuto de pessoas e com patente concentração fundiária por grandes fazendas. Com base nas informações de moradores e ex-moradores da agrovila, entre os anos de 1995 a 2000, o Paraíso começou a enfrentar este processo de esvaziamento, mediante as dificuldades relativas à falta de pavimentação e asfaltamento do ramal que liga a PA-242 ao centro da comunidade, a falta de energia elétrica e, em alguns casos, falta de incentivo governamental devido às condições improdutivas das terras para a agricultura.

Tal cenário possibilitou o avanço constante de grandes fazendas, que ao contrário das pequenas e médias propriedades, tiveram um maior suporte em infraestrutura tanto pelos seus próprios recursos quanto pelo favorecimento por parte do poder público local. Em decorrência disso, constatamos que diversos ex-moradores ao nos relatarem sobre o atual estado do local, afirmam que a cultura, a história e modo de vida singular desta agrovila, apenas ficaram na memória das famílias que ali residiam, nos remetendo a uma ideia de desaparecimento da própria agrovila.

Neste sentido, ao discorrer sobre o atual cenário da agrovila Paraíso, não há como não cogitar o evidente perigo de desaparecimento, pois ao analisarmos a espacialidade atual da agrovila somos impelidos a trabalhar com a ideia de uma comunidade seriamente comprometida em sua existência. Mesmo sabendo que essa agrovila ainda tem renome no município e que ainda consta oficialmente para o poder público municipal, percebemos que sua existência como comunidade rural está seriamente comprometida devido o intenso abandono populacional, comprovado pelas entrevistas e pelo cenário de decadência explicitado pelas fotografias 3 e 4, onde os prédios públicos de referência de décadas atrás no local estão abandonados e em vias de desaparecimento.

Fotografia 3: antiga escola municipal de ensino fundamental da Agrovila Paraíso, atualmente em ruínas.



Fonte: Os autores, 2014.

Fotografia 4: antiga igreja Católica da agrovila Paraíso, atualmente em ruínas.



Fonte: Os autores, 2014

Mesmo em vias de decadência, ainda é fácil notar que na agrovila houve todo um aparato estrutural, como a escola e a igreja acima expostas, comprovantes de um tempo que marcou a ascensão e fama da comunidade. Isto denota que as famílias dessa comunidade viveram tempos áureos em um passado não tão distante, pois as comunidades que apresentam esses bens públicos em pleno funcionamento são tidas como comunidades prósperas na região, vistas como privilegiadas por conterem certa infraestrutura.

A atualidade da agrovila, entretanto, é marcada apenas pelos vestígios desta época áurea, os quais, presentes na comunidade como um importante âmbito para análise por revelarem não apenas meros prédios em ruínas, mas desigualdades e contradições espaciais essenciais para entender as questões agrárias que envolvem a agrovila. As imagens de abandono demonstram o que Santos (2006) chama de “rugosidades”, conceito notável na agrovila e que ajuda a desvelar os processos que resvalam na configuração do espaço local, com a definição do autor abaixo:

Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos da divisão do trabalho já passada (todas as escalas da divisão social do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, 2006, p.62).

As rugosidades presentes na agrovila Paraíso remetem a arranjos espaciais que na atualidade, explicitam símbolos do esvaziamento populacional da agrovila Paraíso e um horizonte futuro de desaparecimento. Segundo vários entrevistados do local, a desativação destas “rugosidades” foi motivada pelo fato de não existirem um número suficiente de moradores para as frequentarem, com as terras ao redor da igreja em ruínas, por exemplo, já pertencendo a um grande fazendeiro local, expondo uma tendência à concentração de terras na comunidade. Como expresso por um morador atual da comunidade, que não quis se identificar, “transformando a comunidade em capim”, pois, “hoje na agrovila só se vê capim”, para servir de alimento para o gado.

Percebemos, então, o espaço da agrovila Paraíso cada vez mais esvaziado do seu caráter de comunidade que reunia diversas famílias, para espaço que contém intensamente apenas marcas de sua história. Não encontramos registros oficiais dos números de habitantes/famílias da comunidade, mas nos foi informado que das muitas famílias que residiam apenas três permanecem de fato na comunidade, revelando um sentimento de

abandono por parte do poder público municipal e as enormes dificuldades em relação a permanência na agrovila. Estas famílias ainda resistem a diversas propostas de compra por parte do grande fazendeiro local, porém, o histórico de migração intensa da agrovila que nos foi relatado, mostra que a desestruturação foi e ainda é um âmbito que marcou e marca o processo que avança no Paraíso.

PRECARIEDADE E MIGRAÇÃO NA AGROVILA

Temos, então, um cenário onde a omissão do Estado em diversos âmbitos, fomenta uma desestruturação que se liga diretamente à migração de famílias da agrovila e está estimulando grandes fazendeiros a comprarem terras desenfreadamente não apenas na localidade, mas, segundo informado por entrevistados da agrovila, em toda a região circunvizinha. Neste sentido, para além de um simples processo de migração na comunidade em questão, o que percebemos é o perigo real do colapso de uma estrutura fundiária familiar no espaço agrário da região, pois a espacialidade está sendo caracterizada no cotidiano do campesinato de menor renda, como uma precarização que leva os indivíduos a se desfazerem de suas práticas sociais e de suas pequenas propriedades rurais.

Tal precarização se espacializa na agrovila Paraíso, por exemplo, na ausência de serviços essenciais como falta de escolas e postos de saúde, citando apenas algumas questões que influem na permanência das famílias na comunidade. Percebemos que a agrovila acaba por se inserir dentro da abordagem apontada por Souza e Tavares (2013), quando trazem reflexões sobre a produção do espaço amazônico rural:

O espaço geográfico também é uma instância concreta onde os anseios presentes de uma dada materialidade mínima estão postos rumo ao “alimento” daqueles que necessitam mais e (sobre)vivem em tal espaço. São inúmeras as situações em que não são sanadas tais necessidades deixando parte de um conteúdo social à mercê de misérias (psicológicas e materiais) e situações paupérrimas (SOUZA; TAVARES, 2013, p.75).

O cotidiano engendrado neste espaço, caracterizado por “misérias” em todos os âmbitos, encontra reverberações não apenas na agrovila ou mesmo na região rural de Igarapé-Açu, mas integra um quadro mais amplo, explanado por Cruz (2009) como contexto de péssimas condições de vidas enfrentadas pelos camponeses no espaço agrário da Amazônia de um modo geral, acarretando o desaparecimento de várias comunidades rurais. O caso da agrovila Paraíso se encaixa nesta problemática, visualizada no local

principalmente a partir da constatação do intenso fluxo migratório da agrovila para outras localidades, como a sede municipal de Igarapé-Açu e a vila de São Luiz, compondo o reflexo direto de um processo onde:

As condições precárias com as quais a agricultura camponesa convive demonstram a insensatez do modelo de desenvolvimento praticado na Amazônia. Não é necessário ser especialista para verificar que, dentre outros fatores, corroboram para desestimular a prática da agricultura camponesa na região as péssimas condições de estradas que servem às comunidades rurais, a insuficiência e em muitos casos a ineficiência técnica colocada à disposição dos camponeses, a escassa assistência à saúde e a restrita oferta educacional no meio rural e as dificuldades enfrentadas no momento de comercializar a sua produção (CRUZ, 2009, p.1930).

Ainda nesta mesma pesquisa realizada por Cruz (2009), ao retratar sobre várias famílias ainda inseridas nas agrovilas do município de Igarapé Açu, o autor ressalta que além da grande carência de infraestrutura nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, por exemplo, o incentivo à produção campesina sempre foi reduzido ou mesmo nunca aconteceu, impondo às famílias que vivem na agrovila a convivência com uma situação de quase abandono por parte do poder público municipal, alimentando desesperanças nos camponeses por dias melhores na ruralidade igarapeaçense.

Esta desesperança tem se refletido em um constante fluxo de migrantes, onde o destino dos moradores da agrovila do Paraíso foi e tem sido primordialmente em direção à sede municipal, sendo que outros se deslocaram para as vilas e agrovilas circunvizinhas, como São Luis, comunidade do Livramento e comunidade do Km 24. Importa destacar que nas nossas entrevistas com os migrantes, estes revelaram em sua maioria, que não se adaptaram com os costumes e forma de trabalho do espaço urbano da sede municipal, pois, em muitos casos, para se inserir no mercado de trabalho demandou-se uma qualificação profissional que não obtiveram. Neste sentido, muitos ex-moradores da agrovila se disseram arrependidos de venderem suas terras, sendo que alguns chegaram a retornar, mas sem a possibilidade de conseguirem novamente a posse das suas antigas terras, acabaram por se submeter a trabalhar de forma assalariada para o grande fazendeiro que as comprou.

Nas entrevistas feitas com alguns migrantes da agrovila, nos foi relatado que chegaram a ocorrer reivindicações em prol de melhorias para a comunidade, por meio da formação de uma associação de moradores que por vários anos solicitou energia elétrica, poço artesiano, pavimentação de ramais, enfim, uma infraestrutura que possibilitasse sua permanência. Entretanto, por décadas as solicitações dos moradores não foram atendidas,

e na atualidade a chegada de tais serviços se revela concernente á chegada de grandes proprietários na área, evidenciando o incentivo à terras marcadas pela exploração da força de trabalho para suprir demandas do capital, denominadas “terra de negócio”, em detrimento da chamada “terra de trabalho”, caracterizada principalmente por relações familiares não-capitalistas na sua essência (MARTINS, 1980 *apud* RIBEIRO, 2010).

Várias foram as lutas das famílias que moravam na agrovila paraíso para sua permanência, travadas nas questões relacionadas com a infraestrutura da comunidade. Uma história árdua que envolveu muitos dos migrantes, porém, as falas foram marcadas pelo relato de uma história em que o poder público em todas as suas esferas, se mostrou indiferente às necessidades da agrovila. Tal contexto emerge fortemente, na fala de uma das ex-moradoras da agrovila, quando esta relata sobre um acontecimento influenciado diretamente pela deficiência gritante em relação à escassez de um dos âmbitos essenciais na comunidade, a saúde, que:

(...) deixava eles (os moradores da agrovila) muito angustiados. (...) Eu assisti uma senhora vindo lá daquela área que fica ali em frente com o paraíso, ela veio derramando sangue até aqui em São Luis (vila vizinha da agrovila) e quando chegou aqui, até levar para Igarapé Açu, era com maior dificuldade e ela chegou a falecer (...) (Trecho de Entrevista realizada com Arlete Lima Nascimento Macedo, ex-moradora da agrovila Paraíso e atual moradora da vila São Luis, 62 anos, entrevista concedida em 21/04/2014).

Logo, notamos um quadro dramático de precariedade concernente a demandas básicas para a sobrevivência da população na comunidade, resultando em um processo que fragilizou e ainda fragiliza o campesinato que tem a sua reprodução socioespacial na propriedade familiar, dependente em grande medida de sua própria força de trabalho. A venda ou o simples abandono da terra para buscar melhoria de vida em outro lugar terminou por ser, o fator primordial quando nos propomos a compreender o intenso abandono da agrovila, colocada por vezes, como explicitado na fala supracitada da entrevistada, enquanto necessidade de sobrevivência ante a precariedade, ou mesmo ausência total de condições para permanência na localidade.

Para Dal Gallo (2010), entender os impactos deste contexto migratório em moradores e ex-moradores da agrovila é ir além dos simples impactos econômicos: precisamos buscar o significado da palavra “migrar”, em uma multiplicidade que a revela como uma miscelânea de valores e sentidos, atrelando-a diretamente a outras palavras-chave fundamentais, como: escolha, busca, consequência, solução, construção, necessidade, etc.

Partir para a compreensão do impacto/significado de tais palavras nas experiências dos antigos e atuais moradores da agrovila, nos possibilitou começar a trazer à tona uma ruralidade em vias de uma decadência que parece descambar para a completa dissolução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos que atingiram e atingem a agrovila Paraíso, nos mostraram a vulnerabilidade de uma população que possui um vínculo de pertencimento com a terra, que pauta sua reprodução socioespacial no viver e produzir por meio do trabalho em pequenas propriedades. Trata-se de um campesinato que na atualidade da agrovila, passa a existir residualmente naquele espaço porque envoltos em questões agrárias que no Brasil, historicamente, tem na omissão do Estado e no avanço de relações desiguais no capitalismo, conjuntura que age contra o direito de existir dignamente em uma ruralidade que garanta a permanência e continuidade de suas práticas sociais.

É mais um capítulo no longo histórico de luta do campesinato brasileiro e mundial, pela sua própria espacialização como sujeito histórico participante da superação dos complexos problemas, que travam um maior desenvolvimento e justiça social nas questões rurais do país. Tais problemas, como vimos nesta pesquisa, em grande parte giram em torno de ausência ou precariedade de condições essenciais ao campesinato, levando a processos migratórios às vezes intensos, às vezes sorrateiros, que tornam a espacialidade de trabalhadores e trabalhadoras rurais em risco iminente da dissolução, haja vista, colocados sobre a égide de relações capitalistas que acabam por favorecer o avanço de grandes propriedades que concentram terras nas mãos de alguns poucos proprietários.

Neste mosaico que envolve o espaço rural, ao pesquisarmos todo o processo pelo qual passou e passa o Paraíso, notamos a luta que ocorre pela função social da terra no Brasil, tendo como protagonistas os grandes proprietários de terra, o Estado com uma visão capitalista que se omite, mas favorece aqueles, e camponeses sofrendo impactos nas suas relações com o espaço agrário. Estes últimos, uma maioria da população que precisa reivindicar e lutar cada vez mais pelo acesso e permanência na terra.

A precariedade dos serviços públicos referentes a necessidades básicas como saúde e educação, bem como o pouco incentivo aos pequenos proprietários camponeses, se revelaram na agrovila Paraíso como os principais motivos da migração rural. Nesse

sentido, a pesquisa expôs um contexto onde a maioria os processos que atingem o Paraíso são um recorte espacial de problemáticas que não se restringem somente àquela comunidade, mas à populações rurais da região amazônica e do Brasil que se assemelham no tocante à possibilidade de entrar em decadência ou mesmo desaparecer, diante da falta de uma política pública mais eficaz no espaço rural, que ofereça infraestrutura e estimule a permanência dos camponeses e de seu modo de vida.

Notas

¹Este artigo é fruto de desdobramentos e aprofundamentos nas discussões presentes na pesquisa: “A decadência de uma comunidade rural: um estudo de caso da agrovila Paraíso - município de Igarapé-Açu/PA”, apresentada e publicada como artigo nos anais do I Congresso de Geografia Agrária Amazônica, contando com orientação da Prof^ª. Msc. Laís Rodrigues Campos.

²Forma de regionalização também utilizada no Estado do Pará. Segundo Miranda e Rodrigues (2009) faziam parte da Zona Bragantina até a década de 1990, as cidades de Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Castanhal, São Francisco do Pará, Igarapé-Açu, Santarém Novo, Peixe-Boi, Santa Maria do Pará, Bonito, Nova Timboteua, Capanema, Quatipuru, Primavera, Tracuateua, Bragança e Augusto Correa.

³A Mesorregião Nordeste Paraense é uma forma de regionalização utilizada por diversos órgãos oficiais, e é composta por 49 municípios, entre os quais, Igarapé-Açu (IBGE *apud* TOBIAS, 2003).

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion D.; FERREIRA, Enéas R. Importância das teorias agrárias para a geografia rural. **Mercator: Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, Ano 8, n. 16, p.147-156. 2009.

CRUZ, Carlos R. F. Família e escola de ensino médio em meio rural no interior da Amazônia: Qual a relação com o trabalho? In: CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA, 10, Braga, 9-11 de Setembro de 2009. **Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia**. Braga: Universidade do Minho, 2009. p. 1920-1935.

DAL GALLO, Priscila M. **A experiência de ser migrante: entre identidades e transitoriedades**. 2010. 70f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Buainain, Antônio Márcio (Org.). Editora da Unicamp, 2005. Disponível em: http://laberur.ufs.br/sites/default/files/105/fernandes_questao_agraria_conflitualidade_e_desenvolvimento_territorial.pdf. Acesso em: 15 Mar. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico - 2010**. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 Nov. 2015.

MARQUES, Marta I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n.19, p.95-112, Jul.-Dez. 2002.

MIRANDA, Rogério R.; RODRIGUES, Jovenildo C. Relação campo e cidade em um subcentro regional do Nordeste Paraense: o caso de Castanhal. In: TRINDADE JR., Saint-Clair C. *et. al.* (Orgs.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: ICSA-UFPA, 2009. p.299-331.

MIRANDA, Rogério R. Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 7, n.14, p.1-36, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p.185-206, 2001.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho, educação. Liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 456 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. Ed. 2. Reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006. (Col. Milton Santos, 1). 259 p.

_____. **Espaço e método**. 5. Ed. São Paulo: EDUSP, 2012. (col. Milton Santos, 12). 120 p.

SOUZA, Luciano A.; TAVARES, Maria Goretti da C. Produção do espaço na Amazônia: reflexões acerca do rural e do urbano em ocupações no município de Benevides (PA). In: OLIVEIRA, Janete Marília G. C. (Org.). **Espaço, natureza e sociedade: olhares e perspectivas**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013. p. 73-94.

TOBIAS, Alberto J. S. **Dinâmica migratória paraense na década de 80**. 2003. 159p. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais – Área de concentração: Demografia) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/ Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, Rio de Janeiro, 2003.

TRINDADE JR, Saint-Clair C.; RIBEIRO, Rovaine. Marabá: novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no Sudeste Paraense. In: _____. *et. al.* (Orgs.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: ICSA-UFPA, 2009. p. 333-359.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, Caxambu, 22-26 de Outubro de 1996. **XX Encontro Nacional da ANPOCS**, GT 17 – Processos Sociais Agrários. Caxambu: ANPOCS, 1996. p.1-18.

Recebido em 20/05/2016.

Aceito para publicação em 11/07/2017.